

A insubmissão e a responsabilidade intelectual de Florestan Fernandes nos novos tempos

*Arlene Laurenti Monterrosa Ayala**

Resumo: *Este texto busca fazer uma retomada de algumas questões teórico-metodológicas do pensamento do sociólogo Florestan Fernandes. Lança luz sobre o significado político, social e econômico da teoria de Florestan sobre o capitalismo dependente no Brasil. E analisa do ponto de vista de Florestan, uma das questões de fundo que permeia todo o conjunto de sua obra, e que diz respeito à problemática da oposição entre os grupos e classes sociais na sociedade brasileira. O autor refere que a luta de classe permanece diluída nas diferentes relações sociais, porém, ela é pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo.*

Palavras-chave: *Classes sociais; desenvolvimento social; sociedade capitalista; luta de classe*

Abstract: *This text searches to do a retaken of some theoretical-methodological questions about the thought of the sociologist Florestan Fernandes. Clarifies the political, social and economic issues of the Florestan's theory about capitalism being dependent in Brazil. And analyses Florestan's point of view, one of the issues which permeates his whole work, and talks about the problematic of the opposition between groups and social classes in brazilian society. The author refers that the struggle between classes remains solved in different social relations, however, It is a precondition for the development of capitalism.*

Keywords: *Social classes; social development; capitalist society; class struggle*

Esse texto é um esforço breve de recuperar o pensamento do sociólogo Florestan Fernandes sobre a sociedade de classes no Brasil. Tal iniciativa se deve ao fato de termos percebido a atualidade da necessidade de seu pensamento simultaneamente ao seu esquecimento.

Seu pensamento sociológico, teórico-prático, sobre a sociedade capitalista dependente brasileira, foi bastante original e contrastante frente ao existente e predominante nos anos em que elaborou suas concepções. De lá para cá o Brasil atravessa uma crise econômica mundial com uma aparente tranqüilidade quando comparado a importantes potências econômicas do planeta. Além disso, no que tange aos avanços sociais, tivemos melhorias no nível de emprego, na ampliação e unificação de ações assistenciais como o bolsa família, no crédito agrícola para os pequenos proprietários e ampliação do acesso à educação. Para muitos, isso pode parecer que o capitalismo brasileiro sai de sua situação dependente ou periférica para ser mais um dos protagonistas do capitalismo mundial, diluindo com isso o caráter superexploratório e cruel do capitalismo nacional dependente de outrora. Para contrapormos a essa visão é que relembramos o pensamento de Florestan Fernandes.

A grandeza e amplitude da obra de Florestan Fernandes, concernente a história da sociedade brasileira foi sendo organizada por uma progressiva integração entre a crítica às contribuições da sociologia clássica moderna, a incorporação do materialismo histórico do pensamento marxista e a sua própria inserção e vivência nos movimentos sociais e políticos em curso no Brasil. Por um lado, ele apresentava a conformação da sociedade brasileira, a partir do desdobramento universal do sistema do capital em uma estrutura capitalista dependente. E, por outro, demonstrava, como consequência, a realidade contraditória da exploração entre as classes sociais - dos homens simples, das mulheres e das crianças.

Naturalmente, seus escritos romperam claramente com algumas vertentes da concepção sociológica que compreendiam a teoria brasileira como algo que estivesse entre os grupos e classes sociais e a própria sociedade. Consideremos, por exemplo, a teoria culturalista - nela a história do país focaliza a sociedade, a política e a literatura como setores que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. A concepção sócio-histórica de Florestan, conscientemente oposta à concepção culturalista se ocupou das relações entre as muitas e diversas atividades e interesses dos indivíduos e coletividade, explorando as relações dinâmicas e específicas, dentro de situações que podem ser descritas no interior de um todo histórico e que na medida em que se constituem como práticas vão alterando-se. Assim, de um lado, ele torna evidente que as diferentes culturas se assentam nas mesmas estruturas, e de outro, desvenda o comportamento antagônico da própria cultura capitalista dependente.

Florestan adotou o pensamento crítico como estilo de reflexão, que questionava a realidade social, o mesmo não ocorrendo, como já mencionado, com outras correntes que utilizavam artifícios mais simples e elementares para a interpretação da realidade brasileira, desconsiderando a ciência e a atividade científica como produtos do mundo real, fortemente influenciadas por questões econômicas e políticas¹.

A concepção teórica proposta por Florestan de tratar a questão das classes sociais a partir do social e do real é clara. Para ele a interação social é dinâmica e constitui o fenômeno básico da investigação sociológica. Daí, portanto, ele irá investigar as condições históricas que contribuiram para a formação do povo na sociedade brasileira a partir desta interação.

Essa tomada de posição de Florestan, além de realizar uma crítica radical ao conhecimento científico liberal hegemônico em vigor, teve ainda outras implicações desde o princípio, como por exemplo, na pesquisa sobre a “Integração do Negro na Sociedade de Classes”² dirigida à classe explorada e à defesa de seus interesses.

Então, a integração construída pela articulação entre pesquisa teórica fundamentada no materialismo histórico, como princípio explicativo do mundo e de conhecimento, e sua ação politicamente engajada nos movimentos sociais, ao lado dos grupos marginalizados socialmente e da classe trabalhadora, em particular a operária, deu origem à uma sociologia brasileira original e crítica. Apontando, desta forma, a origem social do conhecimento e o necessário destino social.

Outro aspecto importante foi à insistência de Florestan, durante toda a sua vida, de que cabia ao sociólogo o papel de desvendar e combater as relações, os processos e estruturas sociais enquanto formas de dominação e exploração econômica. Em conformidade com o caráter mais íntimo de seu discurso – centrado na ideia da “responsabilidade intelectual” ele afirmava que é dever do sociólogo estar diretamente ligada aos conflitos sociais, combinando inextrinicamente a ideia de ética no sentido de compromisso e ação efetiva no mundo real.

A estatura intelectual de Florestan foi organicamente complementada por um profundo compromisso com os valores de uma sociedade socialista, cuja implantação ele considerava absolutamente vital para a própria sobrevivência dos indivíduos. Assim, quando ele participa como deputado da Assembléia, eleito como deputado constituinte para definir uma nova carta constitucional, foi muito combativo, muito ativo, mas ao mesmo tempo reticente sobre até onde isso poderia levar. Ele esforçou-se muito para fortalecer na Constituição brasileira os direitos e as garantias das pessoas, especialmente dos direitos não só direitos individuais, mas dos direitos coletivos, e isso passa pela construção e pelo fortalecimento dos espaços públicos, da responsabilidade social pública, como, por exemplo, educação e saúde públicas – que são dois lados da dimensão social brasileira que, hoje se observa, apesar da Constituição, estão ao abandono. O deslocamento dos direitos para o terreno dos negócios parece então ser compatível para os governantes civis desde a pós-ditadura até agora, todos eles vêm concordando com essa compatibilização entre direitos e negócios. Nada mostra isso mais claramente do que a progressiva integração dos direitos fundamentais de um povo - que é, por exemplo, a educação e a saúde – sendo sistematicamente privatizados por meio das estruturas de livre empresa. Assim, a adoção da sociedade dos negócios e a formação estatal que a complementa são definidas como características ideais para o alcance dos objetivos das poderosas estruturas econômicas e político-organizacionais liberais.

Então, esse era o grande dilema do Florestan em seus artigos escritos na imprensa e em livros sobre o terreno da Constituição, ou seja, ele estaria trabalhando no sentido de avançar no limite de uma Constituição liberal com um caráter social, mas ao mesmo tempo ele sabia que isso ia depender das forças sociais para que esse ideário constitucional se

realizasse. Entretanto, essas forças sociais estavam caminhando mais no sentido de uma aliança em torno das suas conveniências e do poder do que no sentido de uma aliança emancipatória, e daí advém a angústia de Florestan. E parece que infelizmente o seu prognóstico foi correto. Na verdade, os fatos ocorridos nas últimas décadas de desenvolvimento real de nossa sociedade mostram uma situação muito desanimadora, pois as formas de relações de poder institucional estabelecidas no Brasil contemporâneo são muito mais uma conciliação de classe em prejuízo do conceito de povo, de trabalhador e de nação.

Para Florestan a investigação ética pressupunha a crítica radical a realidade contemporânea, levando sempre em conta as raízes históricas e as lições que elas nos impuseram.

Destacamos dentro de sua obra, entre tantos aspectos, com vistas ao nosso texto, a sua ênfase sobre o inevitável caráter de conflito entre as diferentes classes sociais que coexistem em uma sociedade capitalista, e do sofrimento imposto daquela dominante sobre a outra.

Florestan ao tratar do processo histórico da conformação das classes sociais no Brasil, sempre se refere a períodos que abarcam a vida de muitas gerações, ou seja, épocas completas e não dias e anos isoladamente. A sociedade de classes no capitalismo dependente brasileiro, segundo Florestan, foi forjada em três momentos históricos:

- o estabelecimento do trabalho escravo, que é a mais embrionária manifestação de exploração e dá início a subordinação dos indivíduos ;
- a emergência do capitalismo mercantil;
- o aparecimento da burguesia e do proletariado.

Pela análise do processo real e histórico, do controle dos meios e do modo de produção que concentra o poder econômico e do domínio da máquina estatal, pela burguesia, portanto, uma sociedade fundada na desigualdade (social, econômica e política), o autor por um lado, demonstra que a subordinação da classe proletária ocorre por influência cumulativa do processo de dominação de classe que a precede historicamente na fase mais antiga da sociedade brasileira, e por outro, aponta as contradições e conflitos de uma realidade social injusta e de seu modo de controle desumano.

Para Florestan, a transformação da sociedade colonial e senhorial e, de modo específico, o crescimento interno do capitalismo, dependia do desenvolvimento de acomodação e/ou oposição entre os grupos e classes sociais na sociedade. O explorador, a coroa portuguesa e oligarquias agrárias, dão início à constituição do capitalismo no Brasil. O colonizado ou explorado, o índio, o escravo e o trabalhador é a classe que reage a implantação desse sistema, ora negando a exploração, ora se submetendo a ela³.

A construção da estrutura de classes e grupos da sociedade capitalista, segundo o autor, brotou das ruínas da sociedade colonial e senhorial, que não respondiam mais às necessidades das forças produtivas em processo de desenvolvimento e expansão⁴.

A burguesia surge historicamente como classe, numa espécie de reorganização das estruturas de poder:

*O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia das oligarquias, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configura, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa.*⁵

E ainda, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, diz ele:

*...enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classe terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito de classes entre si. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam esse fato. Apenas introduzem elementos novos na formação e manifestação de tais processos, que se ajustam, assim, a natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido, o qual tende a introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre seus efeitos*⁶.

A concepção de capitalismo dependente na abordagem de Florestan foi mostrando o tipo de sociedade antagônica dele integrante, no sentido de que enquanto a burguesia instaura o capitalismo e, luta por interesses estrita e propriamente seus, o proletário (o explorado e dominado) luta pela destruição desse sistema ou se acomoda a ele. Dizia o autor, que a expansão capitalista da parte dependente estava fadada a remodelações a partir de dentro, de acordo com os interesses internos da burguesia nacional e a partir de fora, pelos interesses das economias capitalistas centrais e do mercado mundial. Exigindo, desse modo, uma hipertrofia dos fatores sociais e políticos de dominação burguesa, como forma de garantir, por um lado, sua sobrevivência, e por outro, a sobrevivência do capitalismo. Segundo o autor, a burguesia no capitalismo dependente e subdesenvolvido torna-se forte econômica, social e politicamente. Ressalta que a dominação burguesa no Brasil assume traços de inflexibilidade e violência institucionalizada, por meio de formas autocráticas e é claro, pela intermediação econômica. Florestan aplica o conceito de autocracia no sentido de que a burguesia local associada com a burguesia mundial detém o controle absoluto da sociedade e tem tão somente um projeto de uma sociedade para ela mesma, e não fundada em uma democracia.

Para apreciar tal inflexibilidade e violência das estruturas face às relações entre as classes sociais a citação a seguir é elucidativa:

O conflito reprimido e encoberto não deixa de existir, de estar presente nas estruturas e nas relações de classes, ou seja, de expandir-se ou de condicionar ou causar as modificações que estamos testemunhando até hoje em nossa vida diária. Ainda que a única parte visível do conflito de classe apareça em comportamentos autodefensivos das classes dominantes e no teor agressivo de sua dominação de classe. [...] É típico da sociedade de classes que as probabilidades de ação econômica, social e política sejam afetadas pela desigualdade das classes. Os antagonismos nem sempre podem subir à tona. Em dados momentos, essa desigualdade confere às classes que detêm o poder a faculdade

de tomar iniciativas e até de usar, em seu proveito, ações agressivas de cunho autodefensivo, sem que as demais classes disponham da possibilidade de responder [...]»⁷.

Numa primeira aproximação nos parece que Florestan ao referir de forma contundente o domínio da classe dominante e a incapacidade de resposta da classe explorada e dominada, estaria de certa forma negando as classes em luta. Entretanto, numa inspeção mais detalhada é possível perceber que o autor torna visível à dinâmica nas relações do processo social em andamento, apontando o impacto das condições objetivas do sistema e a óbvia desigualdade entre as classes e os irreconciliáveis conflitos sociais inerentes ao funcionamento do sistema capitalista em vigência. Analisa que o fundamento prático da classe dominante era possuir poderes ilimitados e absolutos como forma de garantir sua autoproteção e conclui que a questão básica para emancipação da classe explorada era acabar com os fundamentos da sociedade burguesa:

Com referência à situação brasileira, é quase certo que tanto o otimismo utópico da burguesia vitoriosa quanto o pessimismo também utópico de seus contestadores não se reconhecerão no produto final da história em surdina, que está sendo tecida através de antagonismos de classes de proporções e violência desconhecidas no passado»⁸.

De modo claro, não há aqui por parte do autor nenhuma ilusão quanto à viabilidade de soluções rápidas, há sim, a referência do caráter social da emancipação, e do entendimento da emancipação como transformação da sociedade capitalista. Mostrando que o desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil revela, numa intensidade sempre crescente, as contradições da sociedade dependente como uma necessidade objetiva do processo de desenvolvimento.

Dada interpretação se refere à dramática alternativa implícita na tendência do desenvolvimento histórico real. Pois, segundo Florestan, as duas classes hegemônicas no capitalismo dependente – burguesia e proletariado – deverão, seguramente, resolver pelo enfrentamento seus antagonismos. Aqui, ele desmistifica qualquer possibilidade de reconciliação entre as classes, afirmando que nenhuma harmonização conseguiria calar o sofrimento das pessoas.

Tal sofrimento está presente na banalização das formas sociais de violência existentes, como por exemplo, na ausência de acesso aos serviços de saúde, nos acontecimentos nas ruas das grandes metrópoles, nos assassinatos brutais no meio rural, só para citar algumas.

Bem, mas como dizíamos no início do nosso texto, o que mudou na sociedade brasileira e nos conflitos de classe que são explicáveis pelo pensamento de Florestan? Efetivamente, as diferenças sociais, comportamentais, econômicas e políticas atuais são distintas em relação ao século XX: as transformações tecnológicas no sistema produtivo,

mercadológico e financeiro; a massificação da consciência ecológica; a ampliação do poder de consumo aos setores sociais de trabalhadores intermediários e até de renda ainda mais baixa; a socialização e massificação do acesso aos meios de comunicação e educação; a organização e burocratização do movimento operário; a estratificação de base econômica por parte das corporações só para referir algumas delas.

Mas a pergunta que Florestan Fernandes⁹ fazia em *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo* naquele estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sobre estas transformações era se havia desaparecido a apropriação privada dos meios de produção, a propriedade privada, a necessidade do lucro, o despotismo burguês, a desigualdade econômica e todos os seus efeitos sobre a concentração social, racial, regional e nacional da renda. Enfim, havia desaparecido a divisão de classes sociais, os explorados e exploradores?

Diante do cenário político, social e econômico que se apresenta hoje em nosso país é possível constatar que a classe de mais baixa renda está submetida aos interesses da burguesia nacional e ao modelo de dominação secularmente aqui instalado.

A burguesia brasileira não está interessada em afirmar a grandeza do país, superar o subdesenvolvimento, inaugurar uma “revolução democrática” capaz de mobilizar as energias nacionais e populares em favor de uma grande transformação no país. Por isso seguimos, fortalecendo a função primário-exportadora do capitalismo dependente de outrora, por meio da exportação de produtos agrícolas e minerais com enorme dependência tecnológica. Tal dependência tecnológica, nada mais é do que a forma adotada por aqueles que exploram, para impedir que tenhamos o controle de nossas matérias-primas e de nossas próprias práticas. Não impedimos a participação negativa das grandes empresas multinacionais de extração de petróleo que produzem danos à natureza de nosso país, nem tampouco adotamos uma política energética responsável e sustentável, com o máximo desenvolvimento de recursos energéticos renováveis. Infelizmente nosso modelo energético continua a serviço do grande capital em detrimento dos interesses do povo. Fortalecemos ainda mais um modelo marcado pela aliança entre o Estado, a burguesia e grande parte das transnacionais. Demonstrando que tanto a burguesia quanto o Estado pertencem à materialidade do grande capital. Como prova, basta atentarmos para a concessão - pelo Estado a grandes operadoras internacionais - dos aeroportos mais lucrativos do país. Ao mesmo tempo em que o Estado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disponibiliza a essas operadoras seus recursos financiando boa parte do investimento total dessas empresas. O mesmo acontecendo na área rural, com forte apoio do Estado e da burguesia ao agronegócio que mercantiliza a natureza, contamina a terra e promove a exclusão e violência no campo.

Hoje somos escravos da corrida sem condições de competição na qualificação profissional e na tecnologia de ponta; correndo atrás de inovações tecnológicas e disputando vagas e acentos em organizações internacionais, para nos parecermos tão importante quanto.

Alem disso, as relações sociais de produção de acordo com a lógica da economia dependente se mantêm com a superexploração do trabalho. A burguesia nacional em sintonia com os interesses materiais do sistema do capital começa a retirar algumas concessões dadas aos trabalhadores em um passado recente. Como resultado, testemunhamos um contexto marcado pelo aprofundamento da precarização do trabalho por meio de sua reestruturação e intensificação em seu ritmo.

É necessário mencionar aqui também, que os conflitos de classe persistem nos embates sobre as cotas nas Universidades; na luta intestina dos poderosos para se manterem no poder, inclusive apoiados e defendidos por partidos marcadamente oriundos da desvinculação da tutela patronal e da burguesia, não obstante as provas incontestáveis de corrupção e abuso de poder, típicos do autoritarismo burguês vigente de sempre no Brasil; a atribuição de valoração sem precedentes da liberdade individualista de modo a atomizar a vida dos indivíduos objetivando aliená-lo da capacidade de se auto-desenvolver socialmente; na luta radical pela reforma agrária realizada pelo MST; no movimento organizado dos Sem Teto nos grandes centros urbanos do país; na disputa pela hegemonia da libertação da América Latina da dependência econômica entre governos, como por exemplo, os da Bolívia e do Equador; pela crescente intervenção do Estado na economia e sua administração dentro do quadro capitalista para garantir os lucros nos setores essenciais à sua reprodução, como no caso da retirada de recursos do orçamento público, aumentando a dívida pública para aumentar a valorização do capital fictício principalmente dos Bancos; enfim na prevalência, embora negada, de uma direita e de uma esquerda no país no sentido de que não é possível se estar contemporaneamente ao lado do explorado e do explorador ¹⁰.

Todos esses aspectos eram já então identificados nas obras de Florestan e bem mostram que mesmo quando ocorre uma flexibilização do “capitalismo dependente moderno”, de modo a se acomodar às exigências do capitalismo globalizado, ainda que atrasado considerando que esse processo já foi superado em países ditos “avançados social, política e economicamente”, o seu caráter autoritário permanece como observado no parágrafo anterior.

Inevitavelmente, para sabermos exatamente em que estágio do desenvolvimento interno do capitalismo globalizado nos encontramos e para onde rumamos, precisamos recorrer ao passado histórico, para identificar a matriz que forjou as estruturas de nossa

sociedade e às perspectivas excludentes de suas classes antagônicas. A ausência dessa identificação leva a conclusões vazias quanto às causas e aos possíveis formas de reverter e superar as atuais tendências. Desse modo, a reversão das tendências a partir da qual surgem a nossa miséria social, econômica, política e intelectual são inconcebíveis sem uma grande intervenção na estrutura de classe.

O papel que Florestan desempenhou na construção de um pensamento livre e ao mesmo tempo politicamente definido, merece e necessita ser recuperado. Somente a reflexão histórica poderá retirar do marasmo esta sociedade que ao perder referências do pensamento e de ação política de contestação, não se prepara para entender os caminhos que se apresentarão e conseguir distinguir e poder optar entre a liberdade democrática da igualdade e aquela da diversidade. Enfim, a leitura dos escritos de Florestan é indispensável à compreensão dos grandes problemas e desafios sociais do nosso tempo.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Destra e Sinistra Ragioni e significati di una distinzione política*. Roma: Donzelli Editore, 2 ed., 1995.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'*. São Paulo: HUCITEC, 2.ed., 1977.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus : Ed. Univ. São Paulo, 1965.

*- Mestre em Saúde Pública pelo Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/Ielusc.

¹ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

² IDEM. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus : Ed. Univ. São Paulo, 1965.

³ IDEM. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'*. São Paulo: HUCITEC, 2.ed., 1977.

⁴ IBIDEM..

⁵ IBIDEM, p. 203.

⁶FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil, Op.Cit.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 277.

⁷IBIDEM, p. 277-278.

⁸IBIDEM, p. 278.

⁹ FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo, Editora Hucitec, 1979.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. 1995. *Destra e Sinistra Ragioni e significati di una distinzione politica*. Roma: Donzelli Editore, 2 ed., 1979.